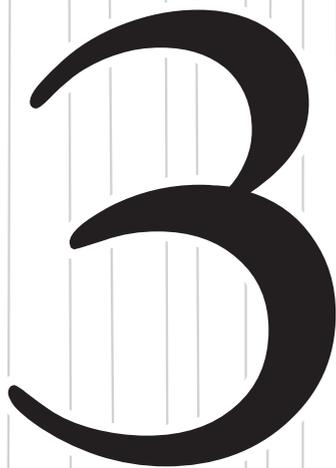


A política do conceito: subversiva ou conservadora? - crítica à essencialização do conceito de orientação sexual

The concept's policy: subversive or conservative? Critique to essentializing of the sexual orientation concept

Alípio de Sousa Filho

*Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais da UFRN.
Doutor em Sociologia pela Sorbonne (Paris V).
alipio@ufrnet.br*



Resumo

O artigo discute o conceito de “orientação sexual” como significante para pensar a homossexualidade e demais variantes sexuais. Propõe a crítica à substancialização e à naturalização do que se passou a chamar de "orientação", que, por meio do discurso militante ou de especialistas, passou a ser compreendida como uma substância natural, biológica ou psicológica. Destaca a necessidade de um uso crítico do conceito, para evitar apropriações preconceituosas e conservadoras, o que torna a tarefa político-epistemológica de sua *dessubstancialização* algo importante. Como crítica do essencialismo – seja na perspectiva biologizante, seja na perspectiva psicologizante –, o artigo propõe entender “orientação sexual” como um sinônimo a mais para as escolhas, opções, preferências, construções e práticas do desejo, do erotismo, da sexualidade.

Palavras-chave: Orientação sexual. Essencialismo. Substancialização. Biologismo. Crítica. Desejo. Escolha.

Abstract

The article discusses the "sexual orientation" concept as significant to think about the homosexuality and other sexual variants. The article proposes a critique to substantiality and naturalization to what is called as "orientation", which through the discourse of militant or specialists came to be understood as a natural substance, biological or psychological. Emphasizes the need for a critical use of the concept, to avoid prejudiced and conservative appropriations, which makes the politic-epistemological task of its unsubstantiality something important. As critique of essentialism - whether as the perspective of the biologizing, whether in the perspective of the psychologizing - the article proposes to understand "sexual orientation" as a synonym for more choices, options, preferences, constructions and practices of desire, of eroticism, of sexuality.

Keywords: Sexual Orientation. Essentialism. Substantiality. Biologism. Criticism. Desire. Choice.

Sexo na cabeça! Fantasia de pesquisadores excita mídia e outros segmentos...

Em 2008, os meios de comunicação divulgaram com estardalhaço: na Suécia, cientistas encontraram as “provas mais sólidas, até hoje, de que a sexualidade não é uma opção, mas uma característica biológica” e que, nos cérebros de gays e lésbicas, localiza-se a origem de suas sexualidades. Os cientistas “descobriram” que o cérebro dos gays “é igual ao das mulheres heterossexuais” e o cérebro das lésbicas “é igual ao dos homens heterossexuais”. Estudos com ressonância magnética seriam a “prova”.

Pensar que existem “fatores específicos” que produziram a homossexualidade tornou-se uma obsessão que frequenta o pensamento de muitos. Mesmo às vezes o pensamento daqueles que se creem sem preconceitos. E que seja para defendê-la, seja para atacá-la, conceber que há “fatores específicos” na “gênese” da homossexualidade é considerá-la em termos não de uma prática social (do erotismo, da sexualidade), mas como uma *substância* (psicológica, biológica ou outra) que certos indivíduos seriam portadores. Essa obsessão já tem história e, de Richard von Krafft-Ebing a neurocientistas atuais, passando por psiquiatras, psicólogos e elaboradores de importantes sistemas teóricos, Freud entre estes, pretendendo-se definir o que compõe a “essência da homossexualidade”, buscou-se também sua “causa específica”.

Nesse pretendido reino da “causa específica” da homossexualidade, posições que parecem opostas se confundem: seja porque, para alguns, se tornaria politicamente importante estender à homossexualidade o status de uma pretendida “sexualidade natural” (numa submissão ao discurso ideológico que procura fazer acreditar que a heterossexualidade é “normal” porque seria “inata”, “natural”), seja porque, para outros, definir a homossexualidade como um “desvio” do pretendido “curso natural” da sexualidade torna-se politicamente apropriado ao objetivo a que se destina. Num ou noutro caso, a crença é que se tornaria especialmente útil definir a “origem” da homossexualidade na história de um indivíduo. No imaginário de nossas sociedades, quando não manifesta, permanece latente a crença de que homens e mulheres chamados homossexuais são pessoas que, na sua história, carregam algo (um “fator”, um “agente”) que merece ser explicado. Vista como realidade para cuja existência contribui uma *causa específica*, a homossexualidade é objeto das mais variadas especulações e fantasias...

Como se sabe, do século XIX aos nossos dias, diversas são as tentativas de explicação das “causas” da homossexualidade, mas, não é demais repetir, as “pesquisas” e as “explicações” sobre as “causas específicas” da homossexualidade, quando não são caídas ingênuas no discurso ideológico,

são seus próprios investimentos (investimentos de poder)², em alguns casos puras fraudes no campo científico ou moral. Aliás, se na mesma proporção em que se falou ou escreveu sobre as “causas específicas” (a psicogênese) da homossexualidade tivessem sido produzidas teorias que buscassem as “causas específicas” da heterossexualidade, talvez nossa época não continuasse mais a destacar a homossexualidade como uma sexualidade à parte e não mais se falaria nem se escreveria sobre o assunto².

No caso da homossexualidade, deixando de ser entendida como uma prática sexual (social), é recorrente a tentação pela “explicação biológica”: pretende-se que seja um dado fixo natural (inato ou adquirido) na realidade do indivíduo suposto “homossexual”. Embora a procura por explicar os fenômenos humanos a partir de bases biológicas não seja um fato atual na história da ciência, a onda do *determinismo biológico* tem permitido retornar, com muita aceitação e difusão pelas mídias, explicações biologizantes de realidades sociais e fenômenos culturais. Temos sido bombardeados pela descrição de fenômenos tomados como desencadeados por “ações do cérebro”, à simples vista fenômenos que são reflexos ou reações fisiológicas provocadas por situações emocionais, subjetivas, sociais.

Hoje, o uso das imagens feitas com ressonância magnética talvez seja o melhor exemplo dessa inversão. Não faz muito tempo, revista nacional de ampla circulação trouxe matéria sobre as “bases cerebrais” das atitudes de compradores compulsivos: são o *nucleus accumbens*, o *córtex insular* e o *córtex pré-frontal médio* que nos fazem comprar o carro da propaganda na TV, a camisa que está na vitrine ou o perfume que adoramos! No discurso do

¹ Por discurso ideológico (ou ideologia, simplesmente), deve ser entendido todo o conjunto de representações, crenças e dizeres, populares ou eruditos (incluindo o discurso científico), que tendem a naturalizar, eternizar e universalizar instituições sociais, convenções morais, padrões culturais e práticas de poder de caráter particular, cultural e histórico. O discurso ideológico procura fazer crer que a realidade construída da dominação social, cultural ou política é natural, universal, necessária e inevitável. Igualmente como outros aspectos da existência social, a sexualidade é esfera que o discurso ideológico se encarrega de cercar de representações que procuram fazer crer que seja uma realidade de caráter natural, a-histórico e imodificável, convertendo construções culturais e históricas em verdades absolutas e universais. Com notório privilégio, a heterossexualidade foi convertida em sexualidade “natural” e “universal”, aqui quando a ideologia oculta a história particular através da qual essa forma de sexualidade conheceu sua *institucionalização*. A propósito da história da institucionalização da heterossexualidade nas nossas sociedades, torna-se esclarecedora a leitura de Louis-Georges Tin, *L'invention de la culture hétérosexuelle* (2008). Sobre ainda ideologia ou discurso ideológico, escrevi os trabalhos “Medos, mitos e castigos” (SOUSA FILHO, 2001); “Cultura, ideologia e representações sociais” (SOUSA FILHO, 2003) e “Ideologia e transgressão” (SOUSA FILHO, 2009).

² Em seu *XY: De l'identité masculine*, Elisabeth Badinter menciona alguns exemplos do que, depois de 1852, com um dos primeiros escritos sobre os “pederastas”, produzido na Alemanha por médico legista, tornou-se frequentemente admitido e, até nossos dias, como estudos que apresentariam a “causa” da homossexualidade (BADINTER, 1992; ver, principalmente, a página 162 até 167). Igualmente, John Boswell, em *Cristianismo, tolerância y homosexualidad*, menciona publicações nas quais as “causas” da homossexualidade são especuladas, variando de Krafft-Ebing até autores como Edward Wilson, passando por Freud (BOSWELL, 1998, p. 439). Ver, ainda, sobre o mesmo assunto, FRY, Peter; MACRAE, Edward (1983).

determinismo biológico, não há sociedade, propaganda, mercado, subjetividades... Existem apenas a química dos hormônios e os cérebros em atuação. A esse propósito, vale lembrar aqui as palavras da psicanalista e historiadora da psicanálise Elisabeth Roudinesco, que, a propósito do *biologismo* atual, nomeou este de “pretensão obscurantista”, denunciando-o por almejar “reduzir o pensamento a um neurônio ou confundir o desejo com uma secreção química” (ROUDINESCO, 2000, p. 9).

A ideia de um cérebro gay (ou lésbico), por exemplo, não é nova. Simon LeVay, especialista norte-americano em neuroanatomia e autor do livro *The Sexual Brain*, publicado em 1991, já propunha a tese. Simon LeVay, estudando cérebros de cadáveres, afirmou ter encontrado uma diferença estrutural de tamanho nos hipotálamos de gays e lésbicas: nos homossexuais, seria de menor tamanho. Outro exemplo da extrapolação abusiva do biologismo cientificista é Gunther Dörner, que, trabalhando na Universidade Humboldt, em Berlim, e estudando cérebros de ratos, concluiu que a identidade de gênero dos bichinhos podia ser modificada, quando se interferia em partes de seu cérebro. Gunther Dörner partiu daí para fazer afirmações sobre fatores biológicos da homossexualidade humana... Para o determinismo biológico, ratos, cadáveres e ressonâncias servem para explicar aspectos da subjetividade humana, do desejo, das sexualidades, das construções de gênero.

A ideia do cérebro homossexual converge ainda fortemente para o senso comum social que acredita que gays são homens efeminados (mulheres em corpos de homens; homens com cabeça e anseios de mulheres), assim como crê que lésbicas são mulheres masculinizadas (homens em corpos de mulheres; mulheres com cabeça e anseios de homens). A ideia reforça a crença de que gays e lésbicas seriam mesmo os “invertidos” de outrora: inversão que, agora, estaria comprovada, está inscrita nos seus cérebros. Tal especulação é certamente útil ao alívio de conservadores e preconceituosos que não admitem que cada um possa decidir o que fazer com seu próprio corpo e prazeres, por seu desejo e escolha. Determinados pela natureza de seus cérebros, provado que “são” homossexuais não por desejo, escolha, gays e lésbicas passariam a ser perdoados de seus “vícios”, “pecados”, “anomalias” etc. Até que cheguem aqueles que irão sugerir cirurgias reparadoras da “inversão cerebral”. Engano pensar que será outra a conclusão que o preconceito e o pensamento conservador formularão.

Com a tese da sexuação cerebral, o conservadorismo tenta ajustar sua política de colonização da sociedade à atualidade de transformações sociais que não se pode mais impedir: há que se enquadrar a homossexualidade como *inscrita no ser biológico dos indivíduos*, se se pretende sua institucionalização,

como reivindica o movimento LGBT nos diversos países e já o fazem diversos governos. A nova política conservadora é: como a sociedade não consegue mais barrar as conquistas de gays, lésbicas, travestis e transexuais, torna-se uma condição, para reconhecimento da legitimidade de suas reivindicações, transformar o desejo e a diversidade sexual em realidades de “natureza natural”³: no jardim das espécies, há que se introduzir os novos animais. Do contrário, Estados e sociedades estariam legitimando o que, sendo construções do desejo, escolhas, preferências, opções, seriam “desvios a corrigir”, “perversões”, “corrupção moral” ou, visto ainda a dominância do discurso religioso nas nossas sociedades, “pecado”. Para o moralismo conservador, não se pode admitir institucionalizar o que seria produto de “falhas na educação”, “perturbações”, “tropeços do psiquismo” (sempre como coisas “curáveis”, “modificáveis”) ou “caprichos” de gente que escolhe ser diferente, que escolhe divergir da norma social.

Assim, o preconceito e o conservadorismo reinventam suas estratégias: os gays, lésbicas, travestis e transexuais querem institucionalizar direitos, mas terão de admitir que, como sujeitos, não o são por desejo, por (liberdade de) escolha, por preferência, opção, mas por fatores biológicos (genéticos ou fisiológicos) ou condicionamentos psicológicos. Domesticação política do desejo, domesticação de identidades, domesticação política de sujeitos de direito.

Lutas políticas e reificações perigosas: sucumbindo à ilusão essencialista

No âmbito da discussão sobre gênero e sexualidade, a biologização ou a substancialização da orientação sexual não são assimiladas, tampouco produzidas, apenas pelo discurso cientificista. A aceitação de muitos LGBT (incluindo importantes lideranças do movimento) da ideia segundo a qual a homossexualidade, travestilidade e transexualidade são “orientações sexuais” fixas, fincadas em cada um antes do nascimento, correspondendo a realidades biológicas, ou que seriam substâncias psicológicas absolutas e estáveis, não deixa dúvida do quanto o essencialismo tem sido abraçado.

Para muitos LGBT, militantes ou não, a legitimação de suas reivindicações passaria por demonstrar que as orientações sexuais seriam inatas, definidas biologicamente, “naturais” ou sorte de *essência* psicológica,

³ A fórmula é de Pierre Bourdieu e é, com frequência, utilizada pelo autor. Na sua sociologia, corresponde à inversão mágica que torna possível que a realidade de caráter social ganhe a aparência de realidade de natureza natural. Em muitos sentidos, essa inversão mágica corresponde aos efeitos de significação promovidos pela ideologia em volta da instituição social (tal como o assunto foi desenvolvido desde Marx). Para Bourdieu, ver seus *Economia das trocas linguísticas* (1998) e *A dominação masculina* (1999).

ignorada como tal por cada um que a abriga: assim como alguns “nasceriam heterossexuais”, outros “nasceriam homossexuais, travestis, transexuais”. O bordão “nasce-se gay” é repetido como argumento (pretensamente estratégico) na luta por reconhecimento. “Nascer” gay, lésbica ou trans seria fenômeno com dois sentidos: “desde criança, era gay”, “na infância, já me via como 'mulher' ou 'homem'”, o que é representado como algo anterior ao nascimento (seria inato) ou algo muito cedo instalado (mas definitivo e invariável) – espécie de *teorias hereditaristas*.

A ideia de cérebros sexoados (hétero, homo, trans ou outro) ou outras naturalizações equivalentes são vistas por muitos LGBT como argumentos favoráveis às lutas de afirmação identitária e por direitos. Em certo discurso militante, aparece uma conceituação, menos ou mais consciente, explícita ou implícita, sobre o que seria a orientação sexual homossexual (ou qualquer outra) que a destitui de todos os seus traços de uma *construção do desejo* e de uma expressão da diversidade das escolhas sexuais, ao torná-la uma *essência*, uma *substância*, que a pessoa representada por “homossexual” seria portadora (e do que não poderia escapar). Entendimento que é tomado como válido, em termos estratégicos, para uma “legitimação da homossexualidade” e para as lutas por reconhecimento. Acredita-se que, de algum modo, essa conceituação serviria para combater o preconceito em torno da homossexualidade.

Aqueles que pensam assim acreditam que é politicamente contraproducente, e torna-se mesmo proibido!, compreender as chamadas orientações sexuais como escolhas do erotismo, da sensualidade, do desejo, sempre subjetivas e singulares, nem estáveis nem absolutas, e, portanto, que podem ser traduzidas como *eleições, opções, preferências* do desejo individual. A orientação sexual é uma *prática* no sentido também que cada um, exercitando-se, experienciando, *constrói*, menos ou mais conscientemente, sua vida erótica, seu regime de prazeres.

Um exemplo marcante da confiança de militantes da causa LGBT de que uma orientação sexual não é uma construção do desejo foram as reações de diversos participantes da I Conferência Nacional LGBT, ocorrida em abril de 2008, em Brasília, que, a cada vez que palestrantes – referindo-se à homossexualidade – usavam o termo “opção”, incluindo o presidente da República e ministros de Estado, estes eram interrompidos por vozes que soavam em coro: “opção não, orientação!”. Nessa correção linguístico-política, “orientação” é substantivo que pretende exprimir a essência, a qualidade, a propriedade que, existindo por si mesmas, sem ação do sujeito-homossexual, exprimiriam a sua verdade profunda e o fundamento da sua identidade sexual, substância determinada e determinante. Estamos aqui sob os *efeitos* daquilo

que Michel Foucault denunciou como os “dispositivos” de controle das sociedades modernas: neles, a sexualidade se tornou a realidade mais secreta e profunda do indivíduo que abrigaria uma verdade que permitiria descobrir quem o indivíduo é e permitiria revelar o “sexo verdadeiro” que lhe determina (FOUCAULT, 2006). A “orientação sexual” seria o sexo verdadeiro, determinado e determinando a identidade de cada um.

O discurso militante (ou mesmo um discurso espontâneo de lésbicas, gays e trans) adota(m) o conceito de orientação sexual como algo da ordem de uma realidade dada, que não requer discussão, e mesmo sugere se tratar de assunto sem interesse. E como é hegemônica em nossas sociedades a opinião segundo a qual a realidade do indivíduo “é a soma do biológico e do cultural” – ideia reproduzida por certas correntes teóricas no campo acadêmico, numa espécie de “ciência do meio a meio” (pretendidamente mais “tolerante”, sem “radicalismo”, “mais exata”) –, também no âmbito da discussão sobre a orientação sexual, pretende-se que esta seja em parte “determinada pelo biológico” e, em parte, “pelo cultural” (ou “pelo ambiente”). Essa compreensão é o fundamento para a posição política segundo a qual o que importa é o que “se é”, assim como igualmente importante é a afirmação político-pública das identidades assumidas por cada um, não importando definições conceituais. É a política pragmática contra a política do conceito.

Ora, trata-se de um engano: abandonar as definições sobre o que seja a “orientação sexual” aos discursos substancialistas (do biologismo, psicologismo ou outro) é esvaziá-la do que pode lhe render maior significado político: seu caráter de uma prática construída na pluralidade do desejo e na diversidade das experiências do prazer. Isso é válido para todas as “orientações sexuais”, e definição que serve ainda para a retirada da heterossexualidade do reino do inato, do natural, inserindo-a também no reino das práticas construídas na diversidade do desejo, situando-a na cultura e na história. O que é politicamente insuportável nas práticas sexuais que não seguem os padrões heteronormativos é sua dissidência na escolha, a transgressão na construção de si por parte daqueles que, com outras preferências, subvertem os ditames da “heterossexualidade obrigatória”⁴ – razão pela qual se pretende domesticá-las como “orientações” naturalizadas.

Todavia, suspeitando da “fragilidade” do argumento (*des*)*construcionista*, que é o nosso, opiniões há que se manifestam assim: “a afirmação político-pública que as orientações sexuais são realidades do campo das práticas, escolhas, construções, preferências, e variáveis e coexistentes,

⁴ Cf. Adrienne Rich (1980), Judith Butler (2003), Didier Eribon (1999), entre outros autores.

tornará possível que homossexuais, travestis e transexuais sejam questionados quanto a poderem escolher uma outra orientação sexual que não aquela que praticam e com a qual se identificam”. E não poderiam? Efetivamente podem e são muitos os sujeitos que variam suas práticas/orientações sexuais. Por exemplo, homens e mulheres tidos como “heterossexuais” por bom tempo de suas vidas transportam-se, em alguma circunstância, a vivências da homossexualidade, assim como homens e mulheres com experiências duradouras da homossexualidade transportam-se, em algum momento, para práticas heterossexuais. Igualmente como tantos outros praticam alternada ou concomitantemente os diversos prazeres sexuais, sem buscarem qualquer identidade fixa.

Desse modo, por que gays, lésbicas e trans receiam falar de mudança de “orientação sexual” ou desta como manifestações de desejos e práticas que podem conhecer variações? A questão não é sem importância: acossados pela homofobia e pelo monoteísmo sexual de nossa sociedade, que procura fazer crer que a heterossexualidade (e o que lhe é solidário: casamento, monogamia, sexo reprodutivo etc.) é a via única da existência, gays, lésbicas e trans sabem que, quando se fala de “mudança de orientação sexual”, o que se propala é o “abandono” ou “interrupção” das práticas eróticas, sexuais e afetivas que não seguem os padrões heteronormativos. Isto é, apela-se a gays, lésbicas e trans que abandonem suas práticas, estigmatizadas como “anormais”. Torna-se, pois, compreensível que se tenha produzido no segmento LGBT uma espécie de temor e dificuldade em justificar as escolhas eróticas e de prazer sexual em termos da liberdade de cada um em fazer valer seus desejos e opções. Há ainda aqueles que se sentem ameaçados pelas propaladas “terapias de reorientação sexual”. Teme-se que os homofóbicos e conservadores ganhem o debate porque terão a seu favor o argumento segundo o qual, se a “orientação sexual” é, no âmbito das práticas sexuais, escolha, opção, desejo, aqueles que escolhem “desvios” e “perversões” não podem querer institucionalizá-los em forma de direitos, pois “podem escolher orientação sexual natural, normal”.

Não negligencio o anseio de segurança ontológica de sujeitos marginalizados, discriminados e violentados pelo preconceito e pelo discurso ideológico, que veem no argumento essencialista (do inato, do biológico, do psicológico) um “porto seguro” de suas identidades. Todavia, temos aqui duas questões teórico-políticas importantes: não se torna possível reivindicar o reconhecimento da diversidade sexual em bases conceituais, éticas, filosóficas e políticas sem o recurso ao argumento essencialista do biológico ou do psicológico? Ao dizermos que as orientações sexuais constituem práticas do desejo, construídas nos exercícios do sexo e dos afetos, estamos de fato oferecendo munição aos conservadores e homofóbicos que, contrariados com a

diversidade do desejo, divulgam e incentivam pseudoterapias de “mudança de orientação sexual” (sempre da homossexualidade para a heterossexualidade e nunca o contrário), supostamente com o mesmo argumento “construcionista”?

À primeira questão darei uma resposta positiva e a segunda responderei negativamente. Insistirei com uma tese: o argumento segundo o qual a descoberta de “aspectos biológicos” da homossexualidade favorece a gays e lésbicas contra o preconceito é simplesmente equivocado. Não se torna necessário lançar mão de qualquer forma de essencialismo para o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero.

A ideia essencialista e naturalizadora da orientação sexual é ela própria prisioneira dos discursos heteronormativo e homofóbico. Para estes, não se pode legitimar o que é da ordem do desejo, da escolha, da eleição livre, tratando-se do que foge ao regime da normalidade aceita. A ideia de orientação sexual como essência biológica ou psicológica termina barrando a afirmação das diversas possibilidades do sexual (incluindo a heterossexualidade) como expressão da pluralidade das práticas do desejo, do erotismo, do prazer, ao mesmo título iguais entre si, nenhuma delas sendo natural, inata, biologicamente configurada.

Aqueles que flertam com as teses de um essencialismo naturalista em matéria de sexualidade não têm consciência da despolitização que a posição representa. O argumento da natureza despolitiza a reflexão sobre gênero e sexualidade e atrela direitos a serem conquistados pela mudança de mentalidade da sociedade ao obscurantismo do apelo ao biológico ou ao psicológico. O que fundamenta a crença essencialista é, no fundo, o temor da ideia de liberdade, o temor do desejo como fator de produção da diversidade, da pluralidade. O temor do próprio desejo como potência criadora.

Ainda, a corrupção da concepção construcionista sobre sexualidade e gênero pelos conservadores e homofóbicos, como tem sido possível atestar nas atuações de certos setores políticos ou religiosos, não pode ser entendida como uma fragilidade dessa concepção. Não se pode dizer que o (des)construcionismo socioantropológico e filosófico que tem sido praticado nas análises críticas de gênero e sexualidade possa servir aos interesses daqueles que – religiosos, médicos, psicólogos, pedagogos etc. – pretendem submeter todos ao monoteísmo heteronormativo, pela simples razão que são perspectivas radicalmente opostas. Enquanto os diversos agentes desse monoteísmo objetivam o controle do prazer e a normalização do desejo, os estudos e práticas de uma concepção desconstrucionista visam promover a liberdade e a pluralidade do desejo e do prazer.

Orientação sexual: “pulsações políticas do desejo”⁵

“Orientação sexual” é conceito que surge na década de 1980 e sua utilização é considerada, pelo movimento gay, em muitas partes, embora não sem uma calorosa discussão⁶, um avanço e uma conquista política, no esforço de desconstruir a categorização médica e ideológica da homossexualidade, estigmatizada como “doença”, “suspensão do desenvolvimento sexual normal”, “inversão sexual”. Surge em substituição também às ideias de “preferência” e “opção” sexuais. No Brasil, sua apropriação ocorre na mesma década⁷.

Não invalido o uso do termo “orientação” como significante para pensar a homossexualidade ou qualquer outra variante sexual, embora não sem deixar de assinalar que sua potencialidade crítica inicial vem perdendo força. Sobretudo na medida em que sua substancialização crescente afastou-o de ser entendido como sinônimo de escolha, opção, preferência, práticas do desejo.

Destaco a necessidade de um uso crítico do conceito, para evitar apropriações preconceituosas e conservadoras. Para tanto, exige-se uma *dessubstancialização* da ideia de orientação sexual, transformada em essência biológica, médica, psicológica, natural e universal. Isso que faz com que se acredite hoje que os indivíduos portam algo (“a orientação”) identificável a uma realidade fixa, inteligível, coerente, inteira, imodificável. E certamente realidade para a qual se pensa também existir uma “gênese específica”. Não é

⁵ “Pulsações políticas do desejo” é subtítulo de um livro de Felix Guattari (GUATTARI, 1987). Não é por simples recurso retórico ou literário que recorro a esse título. O autor (em parceria com Gilles Deleuze em outras ocasiões) entende o desejo como força criadora, geradora de vida, potência positiva. Critica o discurso hegemônico sobre o desejo nas psicologias, que tendem a defini-lo como negatividade perigosa, carência, falta, satisfação de um anseio inconsciente, e expõe o caráter ostensivamente ideológico desse discurso. Retomando a “vontade de potência” nietzschiana, e igualmente o “vitalismo” de Bergson, postos a serviço de uma teoria positiva do desejo, Deleuze e Guattari enfraquecem as teorizações em sociologia ou nas psicologias que teimam em desconfiar do desejo como “excesso” a disciplinar. Embora reconhecendo a hegemonia da “lei proibitiva”, todos os seus avatares e suas tentativas de “disciplinarização do desejo”, os autores sugerem que essa lei pode e deve ser quebrada, acreditando no valor positivo do vitalismo criador do desejo. Para Guattari (1986, p. 216), “o desejo é sempre o modo de produção de algo, o desejo é sempre o modo de construção de algo”. O desejo, revela-se, assim, como atividade vital de resistência e subversão da “concepção dominante de ordem social”, subversão da ideologia que, aliás, traduz o desejo de uma maneira “bastante nefasta”: “fluxo que terá de ser disciplinado, de modo que se possa instituir uma lei para estabelecer seu controle [...] figura bestial do desejo” (GUATTARI, 1986, p. 216-217). De acordo com o autor, o desejo é positivo, vitalista, produtor de diferenças, de diversidade, criador de novas possibilidades estéticas e políticas de existência. Esse entendimento do desejo – que o faço meu aqui – é de interesse para uma teorização crítica das orientações sexuais que deseje escapar da psicologização ou da biologização do conceito.

⁶ A esse propósito, cf. BADINTER, Elisabeth. *XY: De l'identité masculine*. Paris: Odile Jacob, 1992. p. 167-171.

⁷ Para situar a maneira como o conceito de orientação sexual chega e é apropriado no Brasil, é esclarecedora a leitura de CÂMARA, Cristina. *Cidadania e orientação sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa*. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002. Em outro de meus trabalhos (SOUSA FILHO, 2007), citei a declaração do antropólogo Peter Fry, publicada no estudo de Cristina Câmara, que me pareceu a mais feliz para definir o que seria uma orientação sexual, definição sem o embuste ideológico das explicações psicologizantes e que vale a pena repetir: “a orientação sexual simplesmente descreve o que uma pessoa acabou gostando em matéria de parceiros sexuais. Uns acabam gostando de pessoas do mesmo sexo, outros de pessoas do sexo oposto, outros de ambos, e, quem sabe, outros de ninguém, ou de outras coisas” (FRY apud CÂMARA, 2002, p. 102).

exatamente nisso que acredita uma entidade como a Associação Norte-Americana de Psicologia? Recentemente, a entidade apresentou um relatório informando que “não há qualquer evidência que apoie a afirmação de alguns profissionais, de que a orientação sexual pode ser alterada por terapia”, afirmando ainda que “os profissionais de saúde mental não devem dizer aos pacientes que é possível mudar sua orientação sexual; em vez disso, devem explorar caminhos e possibilidades na vida que permitam acessar a realidade da sua orientação sexual”.

A própria maneira como o conceito de orientação sexual foi assimilado, levando a que tenha sido compreendido por muitos como sinônimo exclusivo de homossexualidade, expressa esse essencialismo. Não raro, no discurso militante ou espontâneo, pratica-se um uso do conceito que reserva apenas à homossexualidade – às vezes talvez à bissexualidade e às transexualidades – o estatuto de orientação sexual, deixando-se à heterossexualidade o estatuto de outra coisa diferente que uma “orientação”. Aqui, quando se alimentaria a ideologia de naturalização da heterossexualidade como *inata, dada*, uma realidade à parte dos casos das chamadas “orientações”⁸.

Aliás, esse é um termo quase equivalente à “sexualidade” em sentido genérico. E está aí um de seus problemas. Como tem sido admitido e aplicado, em geral, o conceito de orientação sexual representa a reificação da ideia de *sexualidade* como uma *substância*, um dado empírico da natureza dos corpos. Modo de pensar que perde de enxergar a sexualidade como aquilo que Michel Foucault denunciou: uma invenção de um complexo dispositivo, instaurado (no século XIX) para produzir discursos especializados como sendo verdades do sexo e de seus prazeres, visando estabelecer uma nova divisão entre a norma e o desvio no âmbito das práticas eróticas e sexuais (FOUCAULT, 1985).

A ideia de uma substância que habitaria os corpos, que os percorreria e determinaria seus desejos – a substância *sexualidade* –, sendo uma invenção do discurso ideológico e de poder, continua eficaz. Com sua substancialização crescente, o conceito de orientação sexual tornou-se um subproduto desse discurso.

O que se passou a chamar de “orientação sexual” não é uma realidade/verdade que habita o interior dos indivíduos, mas um conceito-instrumento que se integra ao dispositivo moderno de sexualidade, tornando-se

⁸ Ao que parece, isso mesmo vem ocorrendo com o conceito de “diversidade sexual”. Em recente seminário de pesquisa, de preparação de estudo nacional sobre homofobia nas escolas, participantes discutiram se os heterossexuais e a heterossexualidade devem estar compreendidos no conceito. Para alguns desses participantes, “diversidade sexual” tornou-se espécie de *slogan* totêmico concernente apenas à tribo LGBT.

funcional ao enquadramento e integração do desejo e do prazer aos discursos e estruturas sociais hegemônicas.

Poderíamos dizer que não há, a rigor, nada além do corpo e seus prazeres. Há, pois, de se evitar a ideologia integracionista do desejo e do prazer convertidos em “orientação sexual”. Não é por outra razão que, em geral, quando se fala de orientação sexual, apenas são mencionadas as sacrossantas sexualidades aceitas (no que se incluem às vezes até as homossexualidades mais comportadas), mas nunca as práticas de desejos e prazeres radicalmente dissidentes. Estes não seriam “orientações”, mas “perversões”.

Somente valerá a pena continuar utilizando o conceito de orientação sexual se, por ele, for introduzida a pluralidade das práticas de desejo e prazer na ordem “estável” do sexo aceito. Pluralidade de preferências, escolhas, eleições, opções, orientações, que, como práticas, tornam-se “desordem”, desestabilização, no que parece ser estabilidade, unidade, homogeneidade.

A essencialização da orientação sexual traz consigo também o risco da velha ideia de espécies sexuais bem demarcadas, constituídas de indivíduos que seriam seus exemplares. Existiriam os heterossexuais, os homossexuais, os bissexuais, os transexuais, entre outros, como exemplares próprios das variantes possíveis de “orientação”. A criação de *tipos sexuais* a partir de “orientações sexuais” pensadas como essências bem definidas é sua consequência inevitável.

É certo, ninguém mais ignora a (nova) tese: a homossexualidade é uma “orientação sexual” para pessoa do mesmo sexo. Mas isso quer dizer o quê? Que é pensar a orientação sexual como uma prática construída nos percursos e movimentos do desejo? Como evitar igualmente a substancialização do desejo?

Há que se buscar maneiras de pensar e dizer o desejo e o prazer diferentemente do que predomina entre médicos, sexólogos, psicólogos, pedagogos etc., tendo o destino dessa reflexão sempre o indivíduo (seu prazer, sua alegria, sua felicidade) como único interessado, se o que faz com o seu corpo não representar violência sobre outrem, se o que deseja com o outro tem deste o consentimento.

Há que arrastarmos a reflexão sobre a “sexualidade” para um campo no qual não sobre mais qualquer possibilidade de essencializar (e, em consequência, naturalizar, medicalizar, patologizar) o desejo e o prazer, o que tornará possível que se deixe de considerar as “orientações sexuais” como substâncias do biológico ou do psicológico ou biofisiopsicológicas. A saber,

como já dissemos, aquilo que existe (empiricamente) é tão somente o corpo e seus prazeres e é apenas por força do nominalismo histórico, dos sistemas culturais e de dispositivos de poder que nos colonizam, que empregamos termos que procuram nomear e enquadrar as variadas expressões do desejo, do erotismo, do prazer, como se correspondessem a realidades empíricas. Assim, os diversos termos utilizados para nomear as práticas sexuais (que sejam pensadas como preferências, opções, orientações, variantes etc.) são, como produtos do discurso, terminologias provisórias, contingentes, culturais e investidas de relações de poder, que, sob um véu de ciência e conhecimento da verdade do sexo, procuram descrever realidades que ignoram, estimulando proibições e tabus, e que mascaram pretensões de controle do que é principal em tudo isso: o prazer e o desejo na vida dos indivíduos, e nenhuma das duas coisas como essências naturais e transistóricas, mas sempre como experiências que se reinventam e a reinventar.

Dessa maneira, para evitar a essencialização da “orientação sexual”, é importante trazer a reflexão sobre o assunto para o terreno da reflexão antropológica, sociológica e política.

Uma primeira definição de orientação sexual seria a atração e o desejo sexuais (paixões, fantasias) de uma pessoa por outra de um gênero particular, portanto, a direção da atração e do desejo nas escolhas afetivo-sexuais. Certamente, considerando a diversidade do desejo e as pluralidades do prazer, as orientações sexuais não terminam com as variantes conhecidas (hétero, homo e bissexualidade) nem podem ser simplificadas ao preço de uma nomenclatura que pode dizer muito pouco do que elas são. Temos ainda as relações que envolvem os transgêneros (travestis e transexuais), que introduzem novos elementos para a reflexão sobre as chamadas orientações sexuais e em suas próprias relações com papéis de gênero, relações de gênero etc. Nessa perspectiva, as chamadas orientações sexuais constituem sensibilidades e expressões do desejo e do prazer que podem aparecer na vida de um indivíduo de muitas maneiras, sem que sejam fixas e inevitáveis.

Aceitando que se queira agora nomear os desejos e as escolhas pessoais do sexo, do erotismo e do prazer como “orientações sexuais”, ao menos se torna importante destacar alguns pontos.

De fato, considerando os aspectos complexos, difusos e modificáveis que se entrecruzam nos âmbitos do desejo, do erotismo, da afetividade e do prazer, e o que neles é de caráter múltiplo, inexato, impreciso, vago, não consciente, não se pode pretender que uma “orientação sexual” seja, de maneira absoluta, uma “opção” no mesmo sentido que optamos ir ou não à

conferência sobre tema de interesse ou decidimos entre o restaurante de culinária francesa ou árabe. Mas, nem liberdade absoluta nem determinação completa, há igualmente o que, no âmbito das escolhas sexuais, pode ser atribuído a decisões conscientes do indivíduo. E não é demais repetir, esse mesmo pensamento é válido para todas as orientações sexuais. Estas são, em grande medida, construídas no curso da história singular de cada um, ligadas a traços mnêmicos, fantasias, com suas dimensões inconscientes, mas igualmente se apóiam em direcionamentos conscientes e que são definidos em termos sociais, coletivos, históricos e políticos.

Resulta que aquilo que se passou a chamar de “orientação sexual” é também uma *construção identitária* com a qual se lidará, subjetiva e socialmente, com os prazeres, sensações, fantasias, imaginação, práticas eróticas etc. Construção realizada nos embates subjetivos e sociais, produzidos nas interações, sob padrões culturais, relações de poder, ideias sociais, configurando-se como um fenômeno individual tanto quanto coletivo e político (se, por política, entendermos as *relações*). É nesse sentido que, creio, deve-se compreender o que Michel Foucault assinalou por ocasião de entrevista: “a homossexualidade não é uma forma de desejo, mas algo de desejável. Temos que nos determinar a nos tornar homossexuais e não a nos obstinar a reconhecer que o somos” (FOUCAULT, 2001, p. 982; grifos nossos).

Emerge dizer aqui o intuito de minha reflexão: denunciar a domesticação teórico-política do conceito de orientação sexual, isto é, a sua rendição a uma espécie de bom-mocismo teórico e político, que o transforma, cada vez mais, em algo bem comportado, que não incomoda a mais ninguém, nem mesmo aos mais conservadores. Até mesmo o discurso oficial o incorporou, embora não se sabendo muito bem o que aqueles que ocupam funções de Estado entendem pelo que dizem. Assim, transformou-se uma formulação inicialmente com objetivos críticos em algo comportado demais para servir a ideais emancipatórios.

Como propósito de uma investigação teórica, procuro atentar para os riscos de uma ideia de orientação sexual que se torne, por um lado, um retorno pré-Freud (1972) à ideia de sexualidade como algo definido biologicamente ou, por outro, um subproduto de discursos que confinam o desejo, o prazer e o sexo à zona cinzenta das especulações medicalizantes, psicologizantes. Duas maneiras de definir a “orientação” que a transformam em substância, a qual, outra vez, fará com que o desejo, o prazer e o sexo tornem-se matéria de normas médicas e discursos de psicologização das escolhas individuais. Nas nossas sociedades, o que é insuportável para muitos é a concepção das práticas

eróticas, sexuais e afetivas como escolhas, construções, tomadas de decisão, embora nem inteiramente conscientes nem totalmente determinadas.

Por fim, torna-se importante esclarecer que a crítica à substancialização da orientação sexual não se torna uma recusa a toda ideia de identidade, mas crítica à sua igual substancialização. Com a crítica à naturalização da “orientação sexual”, não pretendemos negar que *identidades* possam ser construídas a partir da noção de orientação (homossexual ou outra). Nem negar a importância do assumir-político identitário e a importância das lutas identitárias – e mesmo porque “a desconstrução da identidade não é a desconstrução da política” (BUTLER, 2003, p. 213).

Não se trata de nossa parte de cairmos na ideologia da indiferenciação sexual ou na utopia da não identidade – como abordadas e criticadas por Didier Eribon, em *Reflexões sobre a questão gay* (1999). Como escreve o autor, a questão do *dizer, do afirmar-se, da identidade* é central na experiência dos gays e lésbicas. E como observa: a discriminação, a exclusão e o controle da homossexualidade repousam sobre o silêncio imposto e sobre a dissimulação forçada a que muitos homossexuais são obrigados: “o que provoca problema não é ser homossexual, mas dizer-se homossexual” (ERIBON, 1999, p.81). Aliás, é bem evidente que, evitando-se as reificações essencialistas e naturalizadoras, a afirmação identitária torna-se importante para as lutas contra o preconceito e a discriminação e por reconhecimento de direitos, ainda que tenha de ser entendida como sendo sempre relacional e contextual.

Talvez o que de mais importante gays, lésbicas e trans, juntamente com as mulheres, produziram nas sociedades contemporâneas foi a importante politização da sexualidade. Assim, não se pode pretender retirar as práticas sexuais, eróticas, de prazer e de desejo do campo da política, isto é, das escolhas, das ações conscientes que objetivam construir, desconstruir e reconstruir a existência, criando opções que ainda não estão instituídas e legitimadas ou até mesmo que não desejam qualquer institucionalização ou integração. Nesse sentido, as lutas políticas feministas e LGBT têm sido importante elemento na construção de sujeitos sociais conscientes e atuantes na redefinição de instituições e relações sociais e na redefinição das próprias representações simbólicas sobre sexualidade, gênero, casamento, parentesco etc.

Como Foucault imaginou, uma “cultura gay” ou um “modo de vida gay” seriam decisivos na realização dessas redefinições e outras transformações: criação de tipos de relações e experiências “não previstas até agora” (FOUCAULT, 2005, p. 40), criação de *um mundo relacional rico*: outras formas de relacionamento, outros casais, outras famílias, outras formas do

amor, outras conjugalidades, coexistências provisórias, “um novo modo de vida” (FOUCAULT, 2004, p. 120). Aí está um sentido político importante para *um modo de vida gay* se não se quer apenas a boa aceitação social da homossexualidade (identificada como “orientação sexual”: a fera foi domada!) e sua acomodação ao regime da normalidade admitida. Há que começarmos por assumir – por decidida decisão política – que não somos (héteros, homos ou trans) obras da natureza biofisiopsicológica ou obras da divina providência, mas agentes de escolhas nas quais estamos ética e politicamente implicados e pelo próprio usufruto de nossa liberdade – pela qual, igualmente, podemos nos oferecer um estilo de vida, modos de ser, refundando-nos, recriando-nos. Do contrário, estaremos entregando o assunto da “orientação sexual” a psicólogos, psiquiatras, pedagogos, assistentes sociais, tornando-o objeto, mais uma vez, de nosografias médicas e de dispositivos de controle social.

Referências

- BADINTER, Elisabeth. *XY: De l'identité masculine*. Paris : Odile Jacob, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas linguísticas*. São Paulo: EdUSP, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOSWELL, John. *Cristianismo, tolerancia social y homosexualidad*. Barcelona: Muchnik Editores, 1998.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CÂMARA, Cristina. *Cidadania e orientação sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa*. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.
- ERIBON, Didier. *Réflexions sur la question gay*. Paris: Fayard, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Um diálogo sobre os prazeres do sexo. Nietzsche, Freud e Marx*. Theatrum Philosophicum. São Paulo: Landy Editora, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004 (Ditos e escritos; V).
- FOUCAULT, Michel. De l'amitié comme mode de vie. In : FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits II*. Paris : Gallimard, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1972 (Obras Completas, v. VII)
- FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GUATTARI, Félix. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *Journal of Woman in Culture and Society*, v. 5, n. 4, The University of Chicago, 1980.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *Por que a psicanálise?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- SOUSA FILHO, Alípio. *Medos, mitos e castigos*. São Paulo: Cortez, 2001.
- SOUSA FILHO, Alípio. Cultura, ideologia e representações sociais. In: CARVALHO, Maria do Rosário; PASSEGGI, Maria da Conceição; SOBRINHO, Moisés Domingos (Org.). *Representações sociais*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 2003. p. 71-82.

SOUSA FILHO, Alípio. Teorias sobre a gênese da homossexualidade: ideologia, preconceito e fraude. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade sexual na educação*: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009. p. 95-123. (Coleção Educação para Todos, v. 32).

SOUSA FILHO, Alípio. Ideologia e transgressão, 2009. Disponível em: <www.cchla.ufrn.br/alipiosousa>.

TIN, Louis-Georges. *L'invention de la culture hétérosexuelle*. Paris: Éditions Autrement, 2008.

